

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE
PLATAFORMAS**

Data: 05 de março de 2007

Local: SINDMAR - Av. Presidente Vargas, 309/16º Sala de reuniões

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/DRT-RJ); Carlos Alberto Monteiro (Petrobras); Jailson Bispo Ferreira (CONTTMAF); Odilon Braga (CONTTMAF) Armando Vidigal (Syndarma); Armando Pinto de Freitas (FUP); Vitor L.S. Carvalho (Sindipetro-NF); Ana Caetano (Assessora Sindipetro-NF); Raphael Moura (ANP); Luiz Moschini de Souza (IBP); Oton Corrêa (IBP), Luiz Molle (Petrobrás); Maria Cristina Reis (Assessora -Petrobras); Francisco Marques (Assessor-Petrobras); Denise Alvarez (UFF-Sindipetro) Cairo Garcia Corrêa (Assessor -CNQ); Augusto Madruga (Fundacentro).

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Foi lida e após debates sobre a pertinência de se incluir a nomenclatura “Navio-Plataforma”, foi aprovada a ata da reunião anterior sem alterações no texto. A Petrobras solicitou que constasse na ata o nome dos convidados e assessores participantes. Concordou-se que seria enviado à coordenação, a relação dos nomes, uma vez que não assinaram a lista de presença.
3. Em seguida passou-se a discutir a questão de se permitir a presença de observadores nas reuniões da subcomissão.
 - a. Após debates sobre o assunto, a subcomissão deliberou que será permitida a participação de até 02 observadores por bancada, sem direito a manifestação.
 - b. Ficou acordado por consenso que a ANP, seria um dos convidados permanentes junto com a DPC, com direito a voz, e que a cada reunião a subcomissão deliberaria sobre outros possíveis convidados, conforme o interesse e o assunto em pauta.
4. A seguir foi colocado para deliberação o item 2 aplicabilidade conforme redação apresentada pelo governo, na forma original do texto abaixo apresentado:

Aplicabilidade (Proposta de Governo)

As regras deste anexo aplicam-se às instalações nacionais e estrangeiras autorizadas pelo governo brasileiro a operar no território nacional compreendido pelas águas continentais, águas interiores, mar territorial, plataforma continental e zona economicamente exclusiva, especificamente:

- 1. Plataformas Fixas**
- 2. Plataformas Semi-Submersíveis**
- 3. Navios Plataforma - FPSO (Floating Production Storage offloading)**
- 4. Navios Plataformas - FSO (Floating Storage Unit)**
- 5. Plataformas Móveis (Prospecção)**
- 6. Outras Estruturas Específicas destinadas a exploração de petróleo no mar (Mono-boia, Jaketas, etc)**

5. O texto foi debatido a pedido da bancada patronal que propôs algumas alterações ficando a redação do texto original com a seguinte forma:

2- Aplicabilidade

As regras deste anexo aplicam-se aos trabalhadores (e seus ambientes de trabalho) nas plataformas e em suas instalações de apoio, nacionais e estrangeiras autorizadas pelo governo brasileiro a operar no território nacional compreendido pelas águas jurisdicionais brasileiras, quais sejam, águas interiores, mar territorial, plataforma continental e zona economicamente exclusiva, especificamente:

Plataformas Fixas
Plataformas Semi-Submersíveis
Navios Plataforma - FPSO (Floating Production Storage offloading)
Navios Plataformas - FSO (Floating Storage Unit)
Plataformas Móveis (Prospecção)
Outras Estruturas Específicas destinadas a exploração de petróleo no mar (Mono-bóia, Jaketas, etc)

6. Após intensos debates não chegou-se a um consenso. Consultada, a bancada dos trabalhadores solicitou adiamento da discussão para a próxima reunião.
7. O patronato propôs para debates que fosse incluído no lugar de especificações, um glossário de termos que fosse sendo atualizado tendo inicialmente a seguinte redação:

Para efeito deste Anexo são adotadas as seguintes definições:

Plataformas:

Alternativa 1 (baseada em definição da Lei 9.966): instalação ou estrutura, fixa ou móvel, localizada em águas sob jurisdição nacional, destinada a atividade direta ou indiretamente relacionada com a exploração e produção de petróleo e gás

Alternativa 2 (baseada na definição da minuta do Sistema de Gestão de Segurança Operacional – SGSO, a ser publicado pela ANP): Estrutura marítima, fixa ou móvel, utilizada nas atividades de perfuração, produção e armazenamento de petróleo e gás natural.

Instalações de apoio: quaisquer instalações habitadas de apoio à execução das atividades das plataformas;

Incluir: definição de plataforma ou instalação desabitada: (coerência com a regulamentação nacional existente)

Operador da Concessão: xxxxxx

Operador da Instalação: Concessionário ou empresa designada pelo concessionário para ser o responsável pelo gerenciamento e execução de todas as operações e atividades de uma Instalação.

8. Finalizando a reunião o Sr. Coordenador fez a leitura da proposta de governo para os itens 3 e 5 da estrutura básica pautando o texto abaixo para discussão nas próximas reuniões:

3.0 Das Responsabilidades da empresa operadora concessionária das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural

- 3.1 Cabe a empresa operadora concessionária das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, a obrigação de zelar pelo estrito cumprimento do presente Anexo, prestando as informações que se fizerem necessárias aos órgãos fiscalizadores.
- 3.2 Quando forem realizados trabalhos através de empresas contratadas pela empresa operadora concessionária, no contrato deverá constar a obrigatoriedade do cumprimento das medidas de segurança e saúde no trabalho especificadas no presente anexo.
- 3.3 As empresas contratadas pela empresa operadora concessionária não poderão sublocar os seus serviços para outras subcontratadas sem a expressa concordância da operadora concessionária no sentido de verificar a garantia da aplicação das medidas de segurança e saúde no trabalho previstas neste anexo.
- 3.4 Compete ainda empresa operadora concessionária das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural :

- a) interromper todo e qualquer tipo de atividade que exponha os trabalhadores a condições de risco grave e iminente para sua saúde e segurança;
- b) garantir a interrupção das tarefas, quando proposta pelos trabalhadores, em função da existência de risco grave e iminente, desde que confirmado o fato pelo superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis; e
- c) fornecer às empresas contratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades.

3.5 A empresa operadora concessionária das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural coordenará a implementação das medidas relativas à segurança e saúde dos trabalhadores das empresas contratadas e proverá os meios e condições para que estas atuem em conformidade com esta Norma.

3.6 Cabe à empresa operadora concessionária das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural elaborar um único Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais - PPRA a bordo para cada uma das Plataformas sob sua concessão, repassando as informações para as empresas contratadas que realizem trabalhos a bordo.

3.7 Cabe a empresa operadora concessionária das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural elaborar o PCMSO de seus empregados e supervisionar a realização do PCMSO das empresas contratadas que realizem trabalhos a bordo das Plataformas sob sua concessão.

5.0 Das Responsabilidades dos Trabalhadores:

5.1 Das Responsabilidades dos Trabalhadores

Cumpra aos trabalhadores;

- a) zelar pela sua segurança e saúde ou de terceiros que possam ser afetados por suas ações ou omissões no trabalho, colaborando com a empresa operadora concessionária das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural para o cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive das normas internas de segurança e saúde e
- b) comunicar, imediatamente, ao seu superior hierárquico as situações que considerar representar risco para sua segurança e saúde ou de terceiros.

5.2 Dos Direitos dos Trabalhadores

São direitos dos trabalhadores:

- a) interromper suas tarefas sempre que constatar evidências que representem riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou de terceiros, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico que diligenciará as medidas cabíveis; e
- b) ser informados sobre os riscos existentes no local de trabalho que possam afetar sua segurança e saúde.

9. Nada mais foi agendada uma próxima reunião ordinária, para o dia 18/04/2007, pontualmente das 10:30 h até às 13:30 h na sede do SINDMAR, agradecendo desde já a hospitalidade dos trabalhadores marítimos na cessão do seu espaço.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas